



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 637/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:".

Constituição Federal de 1988.

Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.

Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010 – Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 13.535, de 15 de dezembro de 2017 – Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir às pessoas idosas a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Federal nº 14.423, de 22 de julho de 2022 – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.

Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007 – Consolida a legislação relativa à pessoa idosa no Estado de São Paulo.

Decreto Estadual nº 58.047, de 15 de maio de 2012 – Institui o Programa Estadual “São Paulo Amigo do Idoso” e o “Selo Amigo do Idoso”, e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 14.874, de 1º de outubro de 2012 – Altera a Lei nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, que consolida a legislação relativa à pessoa idosa.

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 11.242, de 24 de setembro de 1992 – Dispõe sobre o Grande Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.270, de 19 de dezembro de 1996 – Cria o Abrigo para Idosos do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.834, de 27 de maio de 2004 – Institui a Política Municipal do Idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.727, de 15 de maio de 2008 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa “Movimentando a Terceira Idade” e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.905, de 6 de fevereiro de 2009 – Cria o Programa de Envelhecimento Ativo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012 – Cria o Fundo Municipal do Idoso – FMID e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.738, de 9 de maio de 2013 – Dispõe sobre a democratização e participação ativa dos idosos em colaboração ao Grande Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.809, de 14 de junho de 2013 – Institui o Programa Social Centro Dia do Idoso, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.061, de 13 de agosto de 2014 – Institui o Programa Cuidador de Idosos no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Decreto Municipal nº 57.906, de 1º de outubro de 2017 – Regulamenta a Lei nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012, que criou o Fundo Municipal do Idoso – FMID.

Lei Municipal nº 16.831, de 6 de fevereiro de 2018 – Dispõe sobre o acesso a informações acerca dos programas sociais, políticas públicas ou equipamentos públicos destinados a idosos mantidos pelo Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.271, de 14 de janeiro de 2020 – Dispõe sobre a instituição do Programa Ativa Idade, destinado a promover a reinserção de idosos no mercado de trabalho.

Lei Municipal nº 17.452, de 9 de setembro de 2020 – Dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Lei Municipal nº 17.629, de 20 de agosto de 2021 – Dispõe sobre a instituição do Programa Prática Esportiva para Idosos e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.691, de 19 de outubro de 2021 – Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.898, de 11 de janeiro de 2023 – Dispõe sobre o Serviço de Recebimento de Denúncias de Violações de Direitos dos Idosos em âmbito municipal e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.193, de 11 de dezembro de 2024 – Autoriza a instituição do Programa Educação Aberta para a Terceira Idade.

Lei Municipal nº 18.381, de 7 de janeiro de 2026 – Autoriza a implantação do Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.385, de 7 de janeiro de 2026 – Dispõe sobre o Programa dos Cuidadores Públicos, destinado à capacitação e remuneração, pelo Poder Público, de pessoas residentes nas áreas periféricas da Capital para cuidar de pessoas idosas também residentes na periferia.

Lei Municipal nº 18.406, de 15 de janeiro de 2026 – Altera a Lei nº 13.545, de 31 de março de 2003, para estabelecer novos critérios para o cálculo dos valores do auxílio pecuniário e substituir a nomenclatura “Programa Família Guardiã” por “Serviço Família Acolhedora”.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 637/2026 – INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL UNIVERSIDADE 60+ SP, DESTINADO A INCENTIVAR A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E A INCLUSÃO DE PESSOAS IDOSAS EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, CRIA O SELO UNIVERSIDADE AMIGA DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 590/2026 – INSTITUI A CRIAÇÃO DE MEDIDAS DE COMBATE AO IDADISMO E AO ETARISMO, COM MECANISMOS DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA, CONTENDO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO SOCIAL, CAMPANHAS E CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE, DANDO ÊNFASE ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

PL 548/2026 – DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE PROFISSIONAIS GERONTÓLOGOS NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS IDOSAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1114/2025 – INSTITUI O PROGRAMA DE MENTORIA SÊNIOR DE SÃO PAULO – “CONECTA 60+” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 721/2025 – DISPÕE SOBRE A OFERTA GRATUITA DE CURSOS PRESENCIAIS DE CAPACITAÇÃO EM TECNOLOGIA E INCLUSÃO DIGITAL PARA IDOSOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDet, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 432/2025 – DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO ETARISMO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 490/2029 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO PARA A TERCEIRA IDADE, A INSTITUIÇÃO DO TÍTULO "UNIVERSIDADE AMIGA DO IDOSO" E A DESTINAÇÃO PREFERENCIAL DE VAGAS OCIOSAS NO ENSINO SUPERIOR A IDOSOS.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA